

A FILOSOFIA E OS DIREITOS NA ERA DO PÓS-HUMANISMO

Estimados leitores, é com grande satisfação que editamos mais um número da Cadernos Cajuína, encerrando o editorial do ano de 2019. Esse número nasceu a partir das reflexões propostas pelo evento *II Encontro do Sertão Filosófico e Dia Mundial da Filosofia: Direitos Humanos e Educação no Contexto da Sociedade Tecnocrática*, realizado no dia 07 de novembro de 2018, no Campus Sertão de Serra Talhada (IF-Sertão - PE), promovido pelo Grupo de Pesquisa Sertão Filosófico.

Por essa temática, pelo local, escolhemos a imagem de Lampião de Chico Liberato, esse anti-herói, além do bem e do mal, é, para nós, um dos símbolos de nossa visão do pós-humanismo, tanto que já foi, como possivelmente do que está por vir. Dando conta da abertura da proposta, abrimos a revista para mesclar tal reflexão iminente com outros trabalhos que já estavam no prelo da revista. Desse modo, respeitamos a ordem de submissões da revista para compor o número da revista, comentaremos assim um pouco do que nos propomos a apresentar pelo percurso deste número.

Começamos então com a Produção Literária do conto **Lauro-o-um!** de Gustavo Fontes, uma espécie de poesia misturada com narrativa, conta a história de um negro quilombola, que em certo sentido tético voltou para senzala provavelmente para resgatar os seus próximos. Infelizmente, foi pego e num lapso de raiva e de loucura o senhor de engenho o matou, e acabou, tempos depois se matando. Eis um pouco do resquícios de nossa história, de uma luta que muitas vezes é colocada em segundo plano, quando a história nos engana escrita pelos "vencedores", se é que há alguma vitória em tanta dor e sangue derramado por questões de "cor".

O primeiro artigo, **A construção da identidade negra no espaço escolar: percepções e discussões** de Kellison Lima Cavalcante é fruto de um trabalho de especialização onde o autor faz a análise da construção identitária dos negros no espaço escolar. O autor se utiliza de referência importantes como a heterotopia de Foucault e outros pesquisadores que ressaltam o espaço escolar como local privilegiado de discussão e práticas socializantes inclusivas. Assim, a mestiçagem é colocada como problema sociológico onde a escola é também um local de construção de preconceitos raciais, de gênero e classe e que isso deve ser levado em conta no desenvolvimento pessoal, social e educacional da juventude.

O segundo artigo, intitulado **Habermas e Lyotard: um debate sobre a pós-modernidade**, de André Henrique de Oliveira, é uma experiência de pensamento sobre a relação

entre a condição da pós-modernidade e a questão da tecnociência como ideologia. Trata-se de uma discussão pertinente, o autor faz um diagnóstico da polêmica da pós-modernidade, no sentido de questionar como a transmissão do saber é legitimada e medida. Ele considera que a "máquina social" é constantemente atualizada e otimizada para cobrar mais desempenho legitimado pela especulação e pelas transformações políticas. É aí que a razão técnica aparece ideologicamente, fazendo com que a dominação se expanda numa progressão de mecanismos de regulação, sejam eles econômicos como políticos.

O terceiro artigo, **Memória dos 80 anos da Guerra do Pau de Colher**, de Cristiano Dias da Silva, trata-se então de uma análise histórica que coincide com uma tentativa de "aquilombar-se" ocorrida no sertão nordestino. Partindo da formação utópica de uma comunidade na localidade de Pau de Colher, o autor descreve como a religiosidade foi importante para a liderança de beatos, fazendo uma importante etnografia filosófica sobre a importâncias das utopias de renovação espiritual e melhorias sociais daquele local. Nesse caso, tal levante ocorreu entre os estados da Bahia e Piauí no final da década de 30, mas que tais movimentos continuam sendo de certo modo atuais e necessárias na nossa atualidade.

O quarto artigo, **O que é representação política? Uma introdução ao tema**, de André Ricardo dias Santos, se trata de uma clara explicação de como a representação política institucionalizou a noção de soberania. Essa composição genealógica e crítica da nossa representação política pela qual um longo e sistemático esvaziamento dos conceitos e categorias estruturantes levam a esse eclipse democrático atual. Por fim, o autor propõe uma continuidade dessa reflexão com a questão do exercício do voto e de como essa força atuante da cidadania relaciona representação com a política e a vida individual.

O quinto artigo, **Liberdade, igualdade e direitos humanos em Jean-Jacques Rousseau** de Victor Fabiam Gomes Xavier, consiste numa atualização da filosofia de Rousseau. O autor começa por desenvolver a questão do Estado de Natureza para problematizar a noção de liberdade e igualdade civil. É aí que os direitos humanos passam a ser contextualizados, na medida em que mesmo as leis sendo bem elaboradas, a prática do corpo político acaba indo muitas vezes contra a Vontade Geral, logo, é preciso pontuar como o direito pode executar e legitimar esses pressupostos para todos.

O sexto artigo, **Filosofia Africana: A recepção de uma teoria na obra Das Independências às Liberdades** de Daniel Vasco Nhantumbo é, primeiramente, a celebração de uma ponte acadêmica importante para a relação filosófica nordestina do Brasil com Moçambique.

O autor faz a análise da filosofia de Severino Elias Ngoenha, filósofo africano que tem sido reconhecido na projeção dos estudos africanos no Brasil. Pela preocupação com o futuro do povo moçambicano, o filósofo propõe uma filosofia etnológica, e isso deve levar em conta o deslocamento de um eixo filosófico baseado na universalidade, para dar conta da singularidade. Nesse trabalho de etnologia com pretensão filosófica, a filosofia política emerge como afirmação das liberdades, e é aí que o autor resgata grande leque do pluralismo coerente da construção da filosofia africana para contestar o conceito de negritude em favor da "African personality" com a preocupação hermêutica de um pensamento que possa atender as exigências e preocupações da África atual. Por fim, essa é a mensagem promovida pelo artigo, de que o filósofo não pode ignorar as utopias mesmosendo atividade proféticas em torno da liberdade de seu povo, país, linguagem.

O sétimo artigo, **A descolonização do imaginário dos direitos humanos**, de Gabriel Kafure da Rocha, trata-se de uma reflexão que tenta fazer justamente a transversalidade entre o imaginário dos direitos humanos correlacionado a ideia da descolonização empreendida principalmente por filósofos africanos. Tal problemática vai perpassar pelo valor que as ONGs tiveram nessa construção, assim também, pelo próprio questionamento do ataque que essas entidades vêm recebendo por parte de um neoliberalismo autoritário. Portanto, a relativização da democracia passa então por uma crise que nos leva aos sentidos do pós-humanismo, que serão melhor explorados em outros artigos que se seguem nesse dossiê.

O oitavo artigo, **Letramento jurídico, legislação, direito e educação**, de Dante Batista Silva, está bem alinhado com a proposta de aliar os aspectos de um imaginário literário com a prática da educação do direito. O autor propõe a análise do conto de Olavo Bilac, "Nova carta de ABC", de modo que o processo de letramento não é apenas alfabetizar alguém, mas também ensinar o conceito de lei, tanto num saber acadêmico científico, como em qualquer tipo de trabalho que um indivíduo exerça.

O nono artigo, **A infância poética em Gaston Bachelard e Lewis Carroll**, de Aline Chiquini e Luzia Batista Silva, trata-se de uma análise dos desdobramentos do imaginário da obra Alice no País das Maravilhas de Lewis Carroll, por onde o sonho e o devaneio são psicanalizados pela estrutura teórica de Bachelard. Nesse sentido, a análise da infância e de como a criatividade faz com que a casa imaginária se torne em um país/mundo das maravilhas, e de como a criança enxerga também o mundo adulto e suas metamorfoses arquetipais como o coelho branco, o gato e finalmente a lagarta. Tal interpretação é profundamente esclarecedora na medida que nos faz lidar com nossa infância interior e com as crianças que estão crescendo ao nosso redor.

O décimo artigo nos faz retomar uma iniciativa um pouco esquecida dos Cadernos Cajuína, lidar com as imagens, esse rico artigo intitulado **Notas sobre um rolé de escuta ativa na feira de São Joaquim: uma etnografia sonora e fotográfica** de Lucas Barreto Souza traz uma pesquisa pioneira da relação antropológica entre imagem e som, na medida em que o autor faz um mergulho na Feira de São Joaquim de Salvador, a espacialidade vai se transfigurando em sua descrição etnográfica de acordo com relatos dos feirantes e consumidores locais. As ricas imagens nos abrem aspectos do cotidiano para paisagens epistemológicas que se opõe ao antropocentrismo, no qual os objetos de uma feira ganham um valor anímico que vão produzir e influenciar ações.

O décimo primeiro artigo, **Filosofia, psicologia e psicanálise: A infância em Walter Benjamin e Gaston Bachelard**, de Henrique Gianotti e Luzia Batista Silva, é mais uma análise da infância, dessa vez, que toma em conta o pessimismo do olhar moderno voltado para a criança. Para isso, os autores se valem de Benjamin, pelo qual a não contaminação da frustração adulta, faz com que a criança inconscientemente lide com a educação de acordo com a classe social, para isso, a necessidade de uma educação revolucionária, é aí que a "pedagogia do não" bachelardiana pode entrar em sintonia com Benjamin, de modo que o adulto não reprima e silencia nem a criança que está se formando ao seu lado, nem a criança que existe dentro de si. A pedagogia do não é então ir contra qualquer modelo de educação pronta, que envolve verdades absolutas e superioridade de professores e pais que não valorizam o erro, dizer não ao mundo é, entre outras coisas, dizer sim ao si mesmo enquanto eu reflexivo.

O décimo segundo artigo, **O ensino da cultura indígena nas Aldeias: O caso das oficinas de letramento do povo Truká** de Roberto Remígio Florêncio é também uma importante pesquisa antropológica a respeito dos processos históricos dos indígenas do sertão e das metodologias lúdicas que vem sendo criadas por eles no sentido de reinvenção de sua etnogênese. O autor faz um detalhamento de suas experiências práticas pelo qual várias oficinas pedagógicas disseminaram e compartilharam saberes e fazeres culturais da etnia Truká, no sertão pernambucano. Tal artigo nos dá uma ideia de como uma aldeia pode ser um espaço pedagógico com um potencial infinito devido a concretude das relações sociais que uma tribo constrói para sua re-existência.

O décimo terceiro artigo, **Produção literária e inconsciente político no ciclo da cana-de-açúcar** de Pedro Gabriel Vanderlei Heráclio do Rego é uma importante pesquisa que desvela a relação do inconsciente político com os romances que compõe o ciclo da cana de açúcar de José Lins do Rego. O autor analisa a relação de repetição da ficção na realidade e de como as motivações políticas e sociais são reestruturadas na interiorização da essência dos personagens em que a reificação e alienação norteiam o modus operandi como o imaginário e a realidade dos engenhos

de cana-de-açúcar eram e muitas vezes continuam a ser, ou seja, uma realidade ainda semi-escravizante, desumanizante.

O décimo quarto artigo, **Questões de direito** de Renan Gonçalves Rocha, é um belo artigo que traz a questão da realidade dos direitos indígenas com as quais a ausência de demarcação de terras, ou mesmo as invasões e queimadas de florestas nos colocam diante de uma problemática eminentemente atual. O autor propõe um ensaio reflexivo que pretende pensar a lógica jurídica de pensar o direito pela lógica do outro, abrindo o direito a uma alteridade que questiona o silenciamento desses povos massacrados a mais de quinhentos anos. Direito e estado, segurança e violência, esses binômios que se sustentam por um capitalismo são então colocados contra uma perspectiva antinarcísica, ou seja, justamente pela ótica do Outro, é aí que o direito à terra e à vida se colocam como esse "si mesmo" tão caro à filosofia. É da terra que se constituem as ontologias e as espiritualidades que perfazem o nosso país, contudo, o completo desconhecimento de quem são os povos indígenas que resistem em nossa pátria é justamente marcado por uma indiferença ou descrença jurídico-formal de sua existência. O autor propõe então que devemos entender então, antes de qualquer direito positivo, quais são e o que são os direitos dos índios por ele mesmo, e ele faz isso baseado em referências atuais importantes, como David Kopenawa, além de outras lideranças importantes como Sonia Guajajara, só nos resta então ler e imaginar escutar a voz de quem realmente fala por si e pelo outro.

O décimo quinto artigo, **Desafios da Educação Escolar Indígena: Epistemologias e Filosofias** de Eduardo Barbosa Vergolino é também, entre outras palavras, uma continuação desse viés ameríndio desse nosso número. Vergolino traz uma importante experiência a partir de sua vivência com a realidade indigenista no Canadá, buscando demonstrar o que há de comum numa filosofia indígena, onde a descolonização é mais uma vez um importante conceito que constata que na "ordem das coisas", os seres humanos acabam sendo os últimos, os índios os últimos dos últimos. O entendimento da interdependência se mostra então como um aspecto presente em filosofias de descendência afro e ameríndias para um novo espectro onto-epistemológico contra o imperialismo cognitivo pré-estabelecido pelo capitalismo.

Por fim, o décimo sexto artigo, **Algumas provocações sobre pós-humanismo e educação** de José Antônio Feitosa Apolinário vem fazendo, de certo modo, uma síntese, ainda que seja um inacabamento de tudo aquilo que viemos apresentando até então. Nesse artigo, o autor traz a cibercultura e as tecnociência para explicar o pós-humanismo, esclarecendo as vertentes dessa concepção, como a extropiana, transtropiana, prometeísta e a raeliana. Tais concepções podem em alguma circunstância se alinhar com a pretensão de ser de cada indivíduo ou grupo social por meio

de seu programa de vida desde que projetem o ultrapassamento de nossas condições humanas. Por fim, o autor introduz então o conceito de ciborgue e a preocupação pela qual essa hibridez máquina-organismo nos faz pensar "o que significa educar quando nos tornamos ciborgues?". Enfim, essa é uma realidade que não podemos ignorar, desde os aspectos mais primitivos do ser humano, até os direitos numa era pós-humana, com a filosofia pode dar conta de tais questões?

Por último, e não menos importante, José Paulo Maldonado Souza nos brinda com uma célebre tradução de Henri Bergson, intitulada **A propósito de um artigo do Sr. Walter B. Pitkin intitulado: 'James and Bergson'**, tal tradução se propõe a discutir uma relevante querela entre empirismo radical e intuicionismo, se colocando como uma contribuição importante para as referências bibliográficas desse cânone filósofo francês.

Gostaríamos de agradecer a todos os que acreditaram e contribuíram efetivamente para a construção de nossa revista que está cada vez mais tomando força como uma publicação de referência no Nordeste, aumentando seu *Qualis* e alcance. Um agradecimento em especial a Fernando Machado pelas avaliações e pareceres, e João Batista Junior, nosso Editor-chefe que criou esse espaço-tempo editorial com essa abertura para estudantes e professores compartilharem temáticas tão relevantes.

Gabriel Kafure da Rocha